

INSTRUÇÃO NORMATIVA – VERÃO 2017/2018 – PRAIA BRAVA

Disciplina os procedimentos para utilização da faixa de areia na Praia Brava de Itajaí e na Praia de Cabeçadas.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, o SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ITAJAÍ (FAMAI), o SECRETÁRIO MUNICIPAL DE URBANISMO (SMU), e o CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON) no uso das atribuições que lhe conferem o art. 16 da Lei Complementar nº 7, de 14 de março de 2000.

Considerando que a normatização para o uso da faixa de areia está prevista na Legislação Federal n.º 9.636/98 e n.º 7.661/88, dos Decretos n.ºs 3.725/2001 e 5.300/2004, Lei Complementar 140/2011, tendo o município realizado os procedimentos de elaboração do Projeto Orla – Plano de Gestão Integrado da Orla Municipal.

Considerando que a portaria nº 113 de 12 de julho de 2017 aprova o modelo do Termo de Adesão à Gestão das Praias Marítimas Urbanas instituído pelo art. 14, da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015.

Considerando o requerimento nº SC02594/2017 do Termo de Adesão à Gestão das Praias Marítimas Urbanas, feito pela Município de Itajaí à Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Considerando que a adesão à gestão de praias, outorga ao município a responsabilidade por gerir a faixa de areia das praias urbanas inseridas em seu território, estabelecendo condições para uma melhor gestão dos espaços litorâneos, ensejando uma melhoria continuada, orientada para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística desses territórios.

Considerando que as praias urbanas do município de Itajaí são objeto de grande atração turística nacional e internacional, cujos serviços turísticos merecem ser fomentados em harmonia com a preservação ambiental, com a legislação aplicável e com manutenção da ordem urbanística e observar as normas de defesa do consumidor .

Considerando que o emineite início da temporada de verão 2017/2018, demanda que o município de Itajaí regule a utilização da faixa de areia de suas praias urbanas.

Considerando a necessidade de se estabelecer regras específicas para fins de utilização da faixa de areia para a temporada de verão 2017/2018, de forma a compatibilizar o atendimento do veranista, com a preservação ambiental, fomento à economia e respeito ao consumidor.

Considerando a necessidade de qualificar progressivamente o atendimento ao turista, veranista e aos moradores do município de Itajaí.



RESOLVEM:

Artigo 1. A colocação na faixa de areia da Praia Brava e Praia de Cabeçudas, no município de Itajaí, de mesas, cadeiras, espreguiçadeiras, guarda-sóis, tendas e similares, por estabelecimentos comerciais e condomínios, é regida nos termos desta instrução normativa.

Artigo 2. Estão abrangidos por estas regras os contribuintes inscritos no município de Itajaí, nas categorias: hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes, bares e quiosques e condomínios devidamente legalizados e que apresentem os documentos necessários à comprovação das licenças municipais exigidas para seu funcionamento.

Artigo 3. É proibido o uso e ocupação da área de vegetação de restinga, estando o infrator sujeito às penalidades previstas na lei de crimes ambientais (lei federal 9.605/98).

Artigo 4. Na faixa de areia os alimentos e bebidas deverão ser servidos preferencialmente em recipientes recicláveis ou retornáveis, não cortantes/incisivos e não perfurantes, que garantam a sua qualidade e segurança.

Parágrafo único. Alimentos e bebidas não poderão ser manipulados, misturados, cozidos ou preparados na faixa de areia.

Artigo 5. Fica proibida a limpeza/lavação de qualquer utensílio ou objeto na faixa de areia.

Artigo 6. Fica estabelecida a padronização do equipamento a ser utilizado pelo veranista na faixa de areia a ser atendida pelo contribuinte fornecedor de alimentos e bebidas:

- a) Conjunto composto por 01 mesa, 02 cadeiras, 01 espreguiçadeira e 01 guarda-sol, ou;
- b) Conjunto composto por 01 mesa, 02 espreguiçadeiras e 01 guarda-sol;

Artigo 7. Os equipamentos, a que se refere o Artigo 6 deverão ter cor predominantemente branca; confeccionados em materiais leves e as mesas deverão possuir as seguintes medidas 40cm x 40cm ou diâmetro de 50 cm.

Artigo 8. O conjunto a que se refere o Artigo 6 só poderá ser colocado na faixa de areia a pedido do cliente/veranista/usuário da praia, no momento da sua utilização.

Artigo 9. Na Praia Brava, para facilitar a logística e reduzir os riscos de acidentes aos usuários da praia, o estabelecimento comercial ou condomínio poderá deixar montado no máximo 05 (cinco) conjuntos, desde que estes possam ser removidos a qualquer tempo, se solicitado por qualquer usuário da praia e o conjunto estiver desocupado.

Artigo 10. Na Praia Brava o estabelecimento comercial poderá dispor de uma base de apoio, móvel, na areia, para acomodação de caixa térmica.

Artigo 11. A colocação do conjunto de equipamentos na faixa de areia deverá ser limitada à testada do terreno onde está localizado o estabelecimento.



Artigo 12. Os estabelecimentos comerciais, que atendem os veranistas na faixa de areia, são obrigados a:

I – Recolher para as dependências do estabelecimento os equipamentos, mesas, cadeiras, espreguiçadeiras, guarda-sóis, tendas e similares, ao término do expediente;

II – Acessar a praia somente pelas passarelas;

III – Colaborar com a preservação da vegetação de restinga e na manutenção dos equipamentos/estruturas como passarelas, cercas, lixeiras, totens entre outros;

IV – Manter a limpeza, recolher e segregar os resíduos gerados no espaço de abrangência de cada estabelecimento comercial;

V – Na Praia Brava, disponibilizar 2 Contentores de lixo, em plástico com rodas, de 240 litros, para cada 15 (quinze) conjuntos no espaço de abrangência de cada estabelecimento comercial, e na Praia de Cabeçadas disponibilizar 02 Contentores de lixo, de 100 litros, para cada 10 (dez) conjuntos:

a) As lixeiras deverão ser identificadas para resíduos orgânicos e recicláveis, devendo ser disponibilizada à clientes e não clientes.

b) Todo lixo gerado/coletado na faixa de areia na área de abrangência do bar deve ser devidamente acondicionado, segregado e colocado na calçada para coleta pública, ou disposto em local sugerido pela concessionária.

VI – Manter visível no estabelecimento e na tenda de apoio as normas referentes ao uso da faixa de areia estabelecidas nesta normativa.

VII – Disponibilizar cópia desta instrução normativa aos veranistas que desejarem.

VIII – Os equipamentos colocados na faixa de areia estarão automaticamente a disposição da população/usuários gratuitamente por se tratar de área pública, inclusive aqueles com caixa térmica ou similar;

IX – Os equipamentos disponibilizadas deverão ser limpos periodicamente.

X – Orientar os colaboradores sobre as regras de utilização dispostas nesta instrução normativa semanalmente, devendo realizar registro fotográfico e lista de presença, com o nome dos colaboradores. A FAMAI ou SMU poderão requisitar a qualquer tempo a comprovação destas orientações.

XI – Disponibilizar banheiro para uso público, independente se estes são clientes ou não do estabelecimento.

XII – Informar no cardápio do estabelecimento as seguintes informações:

- a) A utilização do espaço é gratuita;
- b) Não será cobrada consumação mínima;
- c) Taxa de 10% de serviço e gorjeta é opcional;
- d) Não há multa por perda de comanda;
- e) Conter de forma expressa as formas aceitas de pagamento;



- f) Respeite o meio ambiente, não jogue bitucas no chão e coloque seu lixo nas lixeiras;
- g) As normas de uso da praia estão dispostas em Instrução Normativa, disponível para acesso neste estabelecimento.
- h) Qualquer irregularidade no uso da faixa de areia reporte à FAMAI, através do aplicativo "FAMAI" disponível para IOS e Androide.

XIII – Disponibilizar uma copia do codigo de defesa do consumidor.

XIV- Disponibilizar um cardapio em braile na forma do decreto municipal 9.322 de 02 de marco de 2011

Artigo 13. Os conjuntos de mesa, guarda-sol, cadeira e espreguiçadeira permanecerão na faixa de areia somente quando ocupados por veranistas, salvo se atendido o critério do Artigo 9.

Artigo 14. Fica proibida a cobrança pelo uso dos equipamentos colocados na faixa de areia, a reserva de espaço mediante exigência de pagamento, e a cobrança de consumação mínima.

Artigo 15. Fica proibido qualquer tipo de instalação na faixa de areia, pelo contribuinte fornecedor de alimentos e bebidas, que perturbe o sossego público, o fluxo de pessoas e o atendimento de serviços públicos.

Parágrafo único. Fica proibido qualquer tipo de instalação fixa na faixa de areia, ressalvados os casos devidamente autorizados pelas autoridades competentes.




Artigo 16. Na Praia Brava deve-se respeitar o limite máximo de até 50 (cinquenta) conjuntos para os quiosques, bares e restaurantes, os quais deverão ser montados sob demanda.

Artigo 17. Na Praia de Cabeçudas deve-se respeitar o limite máximo de até 10 (dez) conjuntos para os quiosques, bares e restaurantes, os quais deverão ser montados sob demanda.

Artigo 18. Na Praia Brava o atendimento de veranistas na faixa de areia é vetado à estabelecimentos que não estejam localizados em sua totalidade na av. José Medeiros Vieira, ou que se utilizem de infraestrutura não fixa como "food trucks", containers, trailers, entre outros.

Artigo 19. Na Praia de Cabeçudas o atendimento de veranistas na faixa de areia é vetado à estabelecimentos que não estejam localizados em sua totalidade na Rua Juvêncio Tavares do Amaral, ou que se utilizem de infraestrutura não fixa como "food trucks", containers, trailers, entre outros.

Artigo 20. A utilização da faixa de areia para atendimento dos usuários da praia não configura a qualquer estabelecimento o direito de propriedade do mesmo, sendo sempre considerada uma área de uso público, nos termos da lei.

Artigo 21. O descumprimento desta Instrução Normativa acarretará nas seguintes penalidades:

I – Notificação ao estabelecimento infrator;

II – Em caso de reincidência a suspensão do serviço de atendimento de praia, apreensão dos equipamentos e lavratura de auto de infração.

Artigo 22. Na ocorrência de mais de uma notificação o estabelecimento ficará impossibilitado de participar do processo administrativo para requerer autorização para uso da faixa de areia para a temporada de verão 2018/2019.

Parágrafo único: Os infratores também estão sujeitos às penalidades previstas na legislação municipal, estadual e federal.

Artigo 23. Fica estabelecida que a fiscalização será realizada pela Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, pela Fundação do Meio Ambiente de Itajaí – FAMAI e pelo PROCON, de acordo com as atribuições legais de cada pasta.

Parágrafo único. No que se referir a questões de saúde pública, a fiscalização ficará por conta da Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária.

Artigo 24. Os casos omissos serão resolvidos em colegiado pelos titulares das Secretarias e Fundação envolvidas.


Itajaí/SC, 15 de Dezembro de 2017.



RODRIGO LAMIM
Secretário Municipal de Urbanismo



EVANDRO NEIVA
Secretário Municipal de Turismo



VICTOR VALENTE SILVESTRE
Superintendente da FAMAI



RAPHAEL R. ROSENGRTEN FONSECA
Chefe de Gabinete do PROCON